

INFOINCLUSÃO: DESAFIO PARA A SOCIEDADE ATUAL

INFOINCLUSÃO: DESAFIO PARA A SOCIEDADE ATUAL

RACHEL INÊS DA SILVA*

(bcpt2@uniube.br)

MÁRCIA MARIA PALHARES**

(marcia.palhares@uniube.br)

ROSEMAR ROSA***

(rosemar.rosa@uniube.br)

RESUMO

Apresenta um relato do desafio informacional atual imposto pelas tendências tecnológicas globais, que é incluir as pessoas e organizações em redes. Trata a infoinclusão como a tecnologia utilizada em prol da inclusão social, disponibilizando equipamentos e aplicando seus serviços como instrumentos de educação e de mobilização social, viabilizando políticas de inclusão digital, através do acesso às tecnologias da comunicação e informação. Inclusão digital é constituição de conhecimento, é adaptar-se ao instrumento digital para incluir-se socialmente. Resultados de pesquisas mostram que não há uma relação direta entre a exclusão social e a exclusão digital, pois nem todos os excluídos digitalmente também são excluídos economicamente. Porém, é fato verdadeiro que exclusão econômica pode acarretar exclusão digital. Formar redes de informação e comunicação é um desafio que exige mudanças organizacionais e culturais que vão muito além de saber digitar num teclado ou dominar um software de navegação na Internet. Objetiva mostrar que a infoinclusão não se restringe a acesso, a abertura de espaços e instalações de máquinas e conectividade. A sociedade atual deve ter ciência de que a educação para o uso efetivo das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), a geração de conteúdo, a participação das comunidades e das organizações da sociedade na gestão dos espaços públicos e compartilhados para acesso à Internet, são componentes essenciais nesse processo. Portanto, a promoção da infoinclusão significa formar cidadãos capazes de utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação para a transformação social, econômica, política e cultural. Para isso, necessita-se de uma política nacional de inclusão digital que seja ferramenta de transformação indispensável ao país para a inclusão na Sociedade da Informação.

Palavras-chave: infoinclusão; sociedade da informação; exclusão social; exclusão digital

* Bacharel em Biblioteconomia e Documentação (UNIFOR-MG) – Universidade de Uberaba (UNIUBE)

** Especialista em Educação de Bem Dotados. (UFLA-MG) – Universidade de Uberaba (UNIUBE).

*** Especialista em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação. (UNIFOR-MG) – Universidade de Uberaba (UNIUBE).

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual tem sido alvo das inovações das tecnologias globais, o que exige mudanças organizacionais e culturais.

Essa sociedade, denominada sociedade da informação, encontra obstáculos para se incluir nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's).

A exclusão social é um fator determinante que acentua a desigualdade tecnológica e o acesso ao conhecimento, acarretando a exclusão digital. Tal fato impede a maior parte das pessoas de participar dos benefícios das novas tecnologias de informação.

Essa situação demanda uma inclusão das pessoas e das organizações em redes, mostrando que a questão da infoinclusão deve estar na pauta de promoção de inclusão social, como elemento essencial na implementação de estratégias, fundamental para a chamada Sociedade da Informação.

Verifica-se, porém, que há entraves para uma política de infoinclusão, que precisam ser superados para que haja a integração de indivíduos na sociedade da informação.

Nesse contexto, a infoinclusão, busca implementar ações eficazes para levar a sociedade globalizada, a ter acesso aos recursos tecnológicos, ao conhecimento, à informação e à aprendizagem, o que é de importância substancial para essa nova realidade social e digital.

2 SOCIEDADE ATUAL – SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A sociedade atual vem passando por um contínuo processo de mudança estrutural em direção à sociedade da informação ou do conhecimento.

Nos últimos tempos, a expressão “sociedade da informação” tem sido muito usada. Sua origem, porém, remonta aos anos sessenta, quando se percebeu que a sociedade seguia em direção a um novo modelo de organização, no qual o controle e otimização dos processos industriais eram substituídos pelo processamento e manuseio da informação como elemento decisivo para a economia.

Assim, considera-se a sociedade atual como um estágio de desenvolvimento social distinguido pela aptidão de suas partes de conseguir compartilhar qualquer informação, de forma mais adequada.

Esse novo estágio de desenvolvimento social é melhor compreendido quando se faz referência às etapas anteriores na evolução da sociedade moderna (Figura 01).

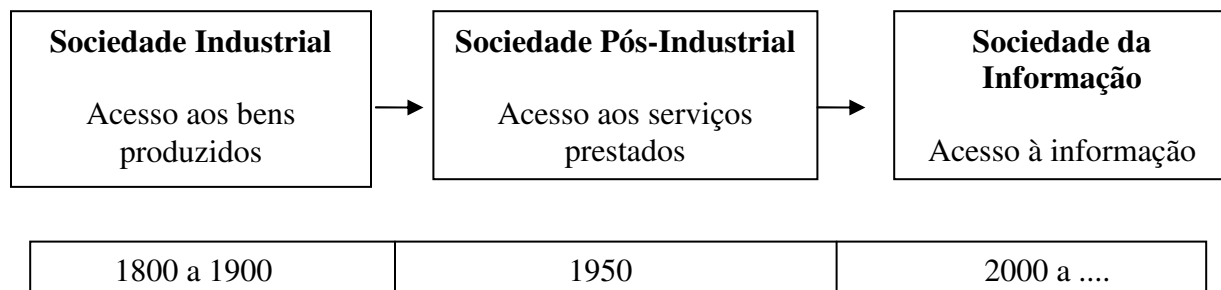


Figura 01: Evolução da sociedade moderna. Fonte: Elaborado pelas autoras

As mudanças verificadas resultam do novo paradigma estabelecido pelas novas tecnologias de comunicação e informação.

Neste contexto, a estruturação, armazenamento, tratamento e disponibilização de informações por máquinas, embora sofisticado, vem crescendo em ritmo assustador com a evolução tecnológica – quem não acompanha essas transformações, está sendo penalizado nessa nova sociedade.

Vêm-se nascer novas formas de comunicação que deram origem à sociedade atual – a chamada Sociedade da Informação. O surgimento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação trouxe mudanças profundas nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais e, ao mesmo tempo em que pontes informacionais foram construídas - ligando mercados, capitais, interesses e pessoas e permitindo trocas numa velocidade jamais imaginada, também abismos foram criados (ou aprofundados), deixando de um lado aquelas pessoas que têm acesso e recursos para a utilização efetiva das tecnologias e de outro, as que não têm.

Na Sociedade da Informação, uma pessoa que não usar as tecnologias da informação e comunicação como uma ferramenta para agregar conhecimento, facilitar tarefas diárias, otimizar e dar velocidade às comunicações, ampliar redes, será uma excluída digital.

3 EXCLUSÃO SOCIAL E EXCLUSÃO DIGITAL

A exclusão digital concentra em si o reflexo de um problema grave no Brasil: a exclusão social.

Exclusão digital é o termo utilizado para sintetizar todo um contexto que impede a maior parte das pessoas de participar dos benefícios das novas tecnologias de informação. Digital também porque hoje as conseqüências da exclusão social acentuam a desigualdade tecnológica e o acesso ao conhecimento, aumentando o abismo entre ricos e pobres. (SPAGNOLO, [200-?]).

Num mundo hiperconectado como este em que nós vivemos hoje, e que será muito mais conectado em poucos anos, um excluído digital é também excluído social.

Quando falamos de tecnologias falamos inevitavelmente em exclusão social, pois cada tecnologia atual e emergente apresenta dificuldades previsíveis e imprevisíveis de utilização e dificulta o acesso a um grande número dos seus potenciais beneficiários. Como sabemos, não são apenas os formalmente considerados cidadãos com necessidades especiais aqueles que não têm acesso aos recursos e às oportunidades da Sociedade da Informação, a pobreza, a interioridade e as minorias étnicas são alguns dos outros fatores de exclusão que precisamos de ter em conta.

É tarefa de todos que trabalham pela defesa da democracia e no combate às desigualdades sociais exigir o controle cidadão sobre o uso das tecnologias de comunicação e informação, principalmente no que diz respeito à Internet. A tomada de decisões neste universo - seja em que âmbito for - deve necessariamente levar em consideração os anseios, as necessidades e prioridades dos cidadãos, em qualquer território.

É preciso levar em consideração que o indivíduo que usa as tecnologias de comunicação e informação não se transforma instantaneamente em usuário - continua sendo cidadão, desta vez em um espaço ampliado para além da territorialidade.

A participação em projetos e programas de infoinclusão, acesso universal e - para os que já estão presentes na rede - governança e direitos na Internet é condição fundamental para a construção democrática de uma sociedade da informação verdadeiramente para todos.

O agravamento da desigualdade tecnológica na era da informação ocorre por fatores históricos, econômicos e políticos, mas é sustentado pela exclusão do conjunto da população ao acesso às tecnologias e de seu desenvolvimento. Quanto maior o número de iniciados e de

alfabetizados tecnologicamente, maior será a sinergia indispensável à criatividade e à produção de tecnologia, fundamental para a inserção do país no mundo globalizado.

Num mundo onde a velocidade de transformação e mudanças tecnológicas ocorrem de forma fenomenal, excluídos sociais ficam cada vez mais distantes da informação e do conhecimento. Países subdesenvolvidos ficam cada vez mais distantes de países que dominam as tecnologias da informação. Se o combate à exclusão digital for ignorado, no futuro o mundo poderá estar dividido entre os “ricos em informação” e os “pobres em informação”.

Assim, percebe-se que é necessário aplicar uma política pública que seja eficiente na redução agressiva e consistente de mais esta forma exclusão social – que é a impossibilidade de acesso à informação e a novas possibilidades de trabalho e renda -, é fundamental a instalação de laboratórios de informática com acesso à Internet nas escolas públicas, com uma estratégia de uso público fora dos horários das aulas, a instalação de pontos de acesso público à Internet nas bibliotecas públicas e uma política de fomento para a proliferação de telecentros comunitários públicos e gratuitos, que atendam aos mais de 6 mil municípios brasileiros.

Um ponto importante deve ser esclarecido quando se fala de exclusão digital: não há uma relação direta entre a exclusão social e a exclusão digital. Nem todos os excluídos digitalmente também são excluídos economicamente. O que se pode afirmar é que exclusão econômica pode levar a uma exclusão digital, e que o economicamente incluído também pode ser um excluído digital. Portanto, não se pode reduzir o problema ao fator "poder aquisitivo". Há outras formas de exclusão, que devem ser abordadas de forma sistêmica, numa política de infoinclusão. Para citar um exemplo, pode-se afirmar que há muitas pessoas com fortes resistências ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, independentemente de classe econômica e das possibilidades de acesso. As gerações mais novas, normalmente, possuem maior facilidade e interesse em utilizar as TICs do que pessoas de mais idade. As formas de apresentar as Tecnologias de Informação e Comunicação de maneira adequada à população da terceira idade – que cresce, no país – é uma questão que não pode deixar de ser discutida. Outro fator excludente, ou que dificulta o uso da Internet, é o idioma. Quase a metade das páginas disponíveis na Web estão em inglês, enquanto apenas 6 % estão em espanhol e cerca de 3 %, em português. Também não podemos deixar de mencionar as pessoas com necessidades especiais, normalmente excluídas socialmente, e para as quais as TICs podem representar a abertura de novos espaços de expressão e inserção social. Estas pessoas,

com deficiências, requerem o desenvolvimento de tecnologias específicas que sejam adequadas às suas necessidades (físicas, visuais, auditivas, mentais etc.), e o acesso facilitado a estas soluções e serviços.

É relevante ressaltar que a Sociedade da Informação deve ser antes de tudo uma "sociedade para todos", e os cidadãos com necessidades especiais, que atingem mais de um quarto da população (deficientes, idosos e acamados de longa duração), para além de não poderem ficar excluídos, deverão usufruir de todas as oportunidades que as tecnologias da informação e comunicação oferecem para a sua plena integração na sociedade.

Quando falamos de tecnologias falamos inevitavelmente em exclusão social, pois cada tecnologia atual e emergente apresenta dificuldades previsíveis e imprevisíveis de utilização e dificulta o acesso a um grande número dos seus potenciais beneficiários. Como sabemos, não são apenas os formalmente considerados cidadãos com necessidades especiais aqueles que não têm acesso aos recursos e às oportunidades da Sociedade da Informação, a pobreza, a interioridade e as minorias étnicas são alguns dos outros fatores de exclusão que precisamos de ter em conta.

O ritmo da evolução tecnológica poderá agravar as diferenças e a aceleração vertiginosa da Sociedade da Informação poderá aumentar todos os dias o potencial de exclusão tornando a sociedade cada vez mais heterogênea e desigualitária, se não forem tomadas medidas compensatórias.

A Sociedade da Informação deverá ser capaz de dar resposta heterogênea aos problemas diferenciados de cada grupo ou indivíduo, deverá ser capaz de ser criativa e adaptativa para com as necessidades e as aspirações das pessoas.

A tecnologia, por muito inovadora que seja, só é eficaz quando passa a fazer parte integrante da cultura e da sociedade e isto só ocorre quando é uma tecnologia capaz de exercer interação “amigável” com o ser humano, como parte integrante do seu meio e não como intrusa e ameaçadora.

Na Sociedade da Informação deve coexistir uma enorme multiplicidade de tecnologias, umas mais recentes que outras, umas imediatamente mais fáceis de usar, umas mais específicas, mas nunca se deverá cair na tentação consumista de excluir tecnologias, que apesar de se encontrarem menos na moda, correspondem com eficácia às necessidades humanas e satisfazem quem as usa e muito particularmente nas diferenças do seu quotidiano.

Mas, se as tecnologias são potencialmente excludoras, paradoxalmente elas também possuem um enorme potencial de inclusão das pessoas no seu meio. As tecnologias são, por definição, um prolongamento do indivíduo na sua relação com o meio físico e social e o sucesso desta relação constitui desde sempre a principal motivação da descoberta tecnológica.

Cabe ao Estado, como garante da equidade e promotor do bem estar para toda a sociedade, ajustar os meios tecnológicos e encontrar as formas mais adequadas de apresentação aos diversos públicos que necessitam de informação clara e atempada para o exercício de cidadania e para a sustentação do desenvolvimento.

A participação em projetos e programas de infoinclusão, acesso universal e - para os que já estão presentes na rede - governança e direitos na Internet é condição fundamental para a construção democrática de uma sociedade da informação que seja verdadeiramente para todos.

4 INFOINCLUSÃO

A inclusão da sociedade e organizações em redes, é o desafio maior imposto pelas atuais tendências globais.

Formar redes de informação e comunicação é um desafio estratégico que exige mudanças organizacionais e culturais que vão muito além de saber digitar num teclado ou dominar um software de navegação na Internet.

A infoinclusão, surge então, como um neologismo, que antes era chamada de inclusão digital e trata da extensão a toda a sociedade dos benefícios do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação.

Incluir da perspectiva tecnológica envolve apreender o discurso da tecnologia, não apenas os comandos de determinados programas para a execução de determinados fins, não apenas qualificar melhor as pessoas para o mundo do trabalho, mas sim a capacidade de influir na decisão sobre a importância e as finalidades da tecnologia digital, o que em si é uma postura que está diretamente relacionada a uma perspectiva de inclusão/alfabetização digital, de política pública e de construção de cidadania, não apenas de quem consome e assimila um conhecimento já estruturado e direcionado para determinados fins. (CABRAL, [200-?]).

Verifica-se, então, que o conceito de infoinclusão deve ser bem amplo, que proporcione uma dimensão social e política para o papel que a tecnologia representa para a sociedade, visando fomentar o exercício da cidadania, para dar voz às comunidades e setores que normalmente não têm acesso à grande mídia e para apoiar a organização e o adensamento da malha de relações comunicativas entre os atores da sociedade civil que constituem a Esfera Pública. Este processo implicaria numa reorientação estratégica de posicionamento em relação ao que costumeiramente constitui o propósito dos projetos de inclusão digital, pois, ao invés de serem apresentados a um conhecimento já acabado sobre o que a tecnologia digital possibilita, a sociedade ela mesma deveria manifestar suas demandas em relação aos benefícios que as tecnologias podem proporcionar, tornando-se assim, sujeitas do processo de inclusão digital, afirmando sua cultura e, por conseguinte, sua cidadania.

Um conceito de inclusão digital, essencial, abrangente, está intimamente ligado ao de inclusão social. Nós democratizamos o acesso à informação disponibilizando tecnologia à população. Mas a exclusão só acaba no momento que o usuário aprende que o computador é um meio de acesso à educação, ao trabalho, ao contato e troca com a sua comunidade, ao pensamento crítico e ao exercício pleno de sua cidadania. O fim não é disponibilizar tecnologia, mas sim a integração perfeita de indivíduos na sociedade. A inclusão dos usuários na mídia digital significa também gerar renda.

De acordo com Paiva [200-?], “inclusão digital é construção de conhecimento, apropriar-se do instrumento para incluir-se socialmente”.

Um modelo que considere uma distribuição justa e democrática dos recursos da sociedade da informação, com uma clara opção pelos excluídos. Um modelo com políticas definidas para os jovens, com equidade de gênero, respeito à acessibilidade das pessoas com deficiências, assim como às questões de raça e etnia. Tal modelo deve incentivar novas lógicas de relações econômicas, privilegiando a economia solidária, o microcrédito e a ampla participação do cidadão na gestão das oportunidades que se abrirão. A questão da infoinclusão está na pauta das iniciativas de promoção de inclusão social, como elemento fundamental na implementação de estratégias, sem o qual não se constrói um país justo, nesta chamada Sociedade da Informação.

O modelo de infoinclusão que deve ser adotado no Brasil, ao contrário daqueles implementados nos países do Norte, não deve ter como parâmetro a relação microcomputador

por domicílio como indicador principal de avaliação. Seria um equívoco partir para uma política de infoinclusão com a ambição de possibilitar o uso de computadores e das Tecnologias de informação e Comunicação a todos os lares brasileiros, e, portanto, também é equívoco avaliar o índice de infoexclusão ou o tamanho da “brecha digital” no Brasil a partir deste parâmetro.

Assim, defendemos que, para se aplicar uma política pública que seja eficiente na redução agressiva e consistente de mais esta forma exclusão social – que é a impossibilidade de acesso à informação e a novas possibilidades de trabalho e renda -, é fundamental a instalação de laboratórios de informática com acesso à Internet nas escolas públicas, com uma estratégia de uso público fora dos horários das aulas, a instalação de pontos de acesso público à Internet nas bibliotecas públicas e uma política de fomento para a proliferação de telecentros comunitários públicos e gratuitos, que atendam aos mais de 6 mil municípios brasileiros.

É preciso, portanto, conhecer para ser informado e incluído. Tomar por base um conceito de inclusão digital que parte da conscientização do incluído, implica em necessariamente implementar políticas de integração que sejam facilmente assimiladas e socialmente construídas.

As ações necessárias para a inclusão social envolvem diversas áreas como saúde, educação, habitação, saneamento básico, etc. (Tabela 01)

INCLUSÃO DIGITAL		
MEIOS	AÇÕES	SETORES
Em domicílios	Redução dos preços dos micros e programas; Incentivo ao desenvolvimento de micros e programas acessíveis sem perda de qualidade; Incentivo ao software livre e de código aberto	Iniciativa pública e privada com participação da sociedade civil na gestão
Em telecentros	escolas, bibliotecas, postos de saúde, correios, órgãos públicos, shoppings, etc.	sociedade civil em parceria com iniciativa pública e privada
Via capacitação	facilitadores / professores, pessoas em geral: de grupos e comunidades territoriais locais ou distantes.	sociedade civil com apoio da iniciativa pública e privada
Via melhoria da interface	desenvolvimento de pesquisa e produção, visando ambientes mais amigáveis, acessíveis e portáteis.	Iniciativa privada, com incentivo governamental e co-gestão pública

Tabela 01: Ações necessárias para a inclusão social . Fonte: CABRAL, [200-?].

O compartilhamento de ações para o desenvolvimento de esforços urgentes deve ser o resultado do papel que a tecnologia pode vir a ocupar em nossa sociedade, contemplando a geração de riquezas por parte de nosso povo, como também o incentivo à pesquisa, ao conhecimento e à educação. Essa sim, a contribuição que a tecnologia pode oferecer para a consolidação de um mundo mais solidário, onde a nova sociedade da informação assuma suas responsabilidades.

Todos sabem que a tecnologia não deve ser um fim em si. Assim, infoinclusão não se restringe a acesso, a abertura de espaços e instalação de máquinas e conectividade. Há outros componentes neste processo que jamais devem ser perdidos de vista: a educação para o uso efetivo das TICs; a geração de conteúdo; e a participação das comunidades e das organizações da sociedade civil na gestão dos espaços públicos e compartilhados para acesso à Internet. Estes são os pontos principais que viabilizam a democratização da informação e o exercício da cidadania na Internet. É através da oferta de conteúdos e serviços que possam suprir as necessidades e os interesses da população local que estaremos trazendo uma Internet que venha a ser apropriada pelo cidadão. Quando se fala em conteúdo, implica falar na relação consumidor X produtor de informação.

Uma política de infoinclusão deve ter com um dos seus objetivos formar pessoas preparadas para a cidadania ativa também na Internet, preparando o cidadão e a cidadã para serem atores na rede mundial de computadores, produtores de conteúdo local e não apenas consumidores de informação produzidas por outras instâncias de conhecimento e poder.

Promover a infoinclusão significa também formar pessoas capazes de usar as Tecnologias de Informação e Comunicação para a transformação social, econômica, política e cultural – o que pode tornar a Internet um espaço de empoderamento de indivíduos e comunidades – processo que passa, necessariamente, pela educação e possibilidade de expressão de cultura e valores locais.

Projetos em infoinclusão não devem ser pensados como pacotes prontos de soluções tecnológicas para comunidades economicamente desfavorecidas, mas sim como iniciativas estratégicas para a promoção da inclusão social - e não apenas digital -, com a adoção de programas educacionais, com o fomento à produção de conteúdo local, com o oferecimento aos cidadãos de informação e serviços que abram novas perspectivas de inserção social, geração de renda, acesso a serviços públicos e manifestação de suas culturas e saberes.

O país precisa pensar também estratégias e diretrizes em nível mundial, trabalhar por acordos internacionais que assegurem o artigo 19 da Declaração dos Direitos do Homem no mundo de hoje, com o multi-lateralismo em cheque por conta da guerra recente.

Espera-se que o Brasil tenha uma posição firme e decidida por acordos internacionais pela redução dos custos de banda de Internet, por uma governança democrática da Rede, por formas de assegurar a liberdade de expressão – e que haja uma política nacional de inclusão social e digital que venha a ser a ferramenta de transformação que o país necessita para a sua inclusão na Sociedade da Informação.

5 CONCLUSÃO

Percebe-se que se torna cada vez mais necessário a idéia de levar a tecnologia digital ao alcance da sociedade.

A inclusão digital deve ser pensada e implementada diante da desigualdade social e econômica que poderá se agravar ainda mais se uma parte significativa da sociedade atual não for contemplada no contexto das novas tecnologias de informação e comunicação. É um processo que se assemelha à idéia de alfabetização digital numa equivalência com a perspectiva da alfabetização no processo de inclusão social, voltando o foco para aqueles que também se encontram no próprio contexto de exclusão social, acrescentando a temática da tecnologia digital no sentido de somar esforços para atenuar essa diferença. Todas as camadas da sociedade precisam se qualificar para acompanhar o desenvolvimento das tecnologias intelectuais – é disso que discutimos quando falamos de inclusão na sociedade da informação.

As informações de interesse público devem estar acessíveis, mas para acessá-las, no entanto, é necessário conhecer suas finalidades, seu funcionamento e a relação direta com o cotidiano das pessoas. Não se trata apenas de disponibilizar uma significativa quantidade de informação numa considerável base de dados, mas sim capacitar a população a compreender, assimilar, utilizar e ser capaz de se posicionar criticamente em relação a esses dados.

Ações são necessárias, por parte do governo, de ONG's, para que todas as classes da sociedade tenham igualdade de acesso às novas tecnologias que causam impacto no cotidiano e nas formas de relação da sociedade atual.

REFERÊNCIAS

CABRAL, A. **Sociedade e tecnologia digital:** entre incluir e ser incluída. Disponível em: <<http://www.comunicacao.pro.br/artcon/includig.htm>>. Acesso em 15 de abril de 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DERTOUZOS, M. L. **O que será:** como o novo mundo da informação transformará nossas vidas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GERMAN, C. **O caminho do Brasil rumo a era da informação.** São Paulo: Konrad Adenauer-Stiftung, [2000].

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento.** Rio de Janeiro: Campus, c1999.

PAIVA, Fabiana. **Democratização da informação ou inclusão digital?** Disponível em: <<http://gizmo.rits.org.br/apc-aa-foinclusao/foinclusao/artigos.shtml>> . Acesso em 13 de abril de 2005.

SPAGNOLO, Giovanni. **A exclusão digital.** Disponível em: <<http://gizmo.rits.org.br/apc-aa-foinclusao/foinclusao/artigos.shtml>> . Acesso em: 16 de abril de 2005.

A SOCIEDADE da informação no Brasil: presente e perspectivas. [S.l.]: Grupo Telefônica do Brasil, 2002.